

Pela EJA em busca do trabalho

Derci Rangel Coelho*

Luciana Custódio Soares**

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para as pessoas que não tiveram acesso, por diversas razões, ao ensino regular na idade própria. O presente estudo objetivou analisar a EJA no contexto da educação no Brasil e mais especificamente em Campos dos Goytacazes/RJ, avaliando os resultados de uma pesquisa realizada com alunos do Colégio Estadual Desembargador Álvaro Ferreira Pinto e do Núcleo Avançado do Centro de Estudos Supletivos (NACES) do Instituto Federal Fluminense, *Campus* Campos Centro, em Campos dos Goytacazes. Constatou-se que a maioria dos estudantes era do sexo feminino e que pretendiam realizar-se pessoalmente, buscando, na escolarização, possibilidades de serem inseridos no mercado de trabalho e continuarem seus estudos e também que pudessem ser vistos com “outros olhos” pela sociedade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Escolarização. Mercado de trabalho.

Abstract

The Young and Adult Education is a teaching modality supported by law and directed to people who hadn't access, for several reasons to regular teaching in the

* Licenciada em Pedagogia e Magistério das Matérias do Ensino Médio e Orientação Educacional pela Faculdade de Filosofia de Campos; professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro; pós-graduada do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no IFF Campos / RJ.

** Orientadora: Assistente Social, Especialista em Serviço Social Contemporâneo, Professora convidada da Pós - Graduação PROEJA.

appropriated age. The attendant study aimed to analyze the YAE (Young and Adult Education) in the context of education in Brazil and more specifically in Campos dos Goytacazes, evaluating the search results done with students of a public school C. E. Desembargador Álvaro Ferreira Pinto and Advanced Core of Supplementary Study Center (ACSSC) of Federal Institute Fluminense, Campus Center, in Campos dos Goytacazes/RJ. Concluded that the most of students were female sex and wanted to achieve themselves looking for at the schooling, possibilities of been inside the labor market and continue their studies and could be seen with "other eyes" by society.

Key words: *Young and Adult Education. Schooling. Labor market.*

Introdução

O presente artigo tem por objetivo destacar o estudo na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Campos dos Goytacazes, especificamente no Colégio Estadual Desembargador Álvaro Ferreira Pinto (C.E.D.A.F.) e da EJA no Instituto Federal Fluminense (IFF) *Campus* Campos Centro. Esta modalidade de ensino é ofertada aos jovens, adultos e idosos objetivando desenvolver suas capacidades, enriquecer seus conhecimentos e melhorar suas competências ou os orientando a fim de atender suas necessidades e as da sociedade.

A EJA compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação/informal existente em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconhecem os enfoques baseados na prática (Art. 3º da Declaração de Hamburgo sobre Educação/de Adultos¹).

O interesse pelo estudo surgiu a partir da observação do crescimento do perfil jovem na EJA do C.E.D.A.F. nos últimos três anos, fator que nos levou a questionar o elevado número de jovens que migraram para esta modalidade de ensino e sua progressiva procura pela formação técnica.

O processo de escolarização de Jovens e Adultos ofertados no Município de Campos é realizado no horário noturno, com entrada no Fundamental com quinze anos, totalizando 3200 horas. Aos dezoito anos,

¹ A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal, nas quais as pessoas consideradas "adultas" pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento, aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem se reconhecer.

pode ingressar no Ensino Médio, sendo a carga horária de quarenta e cinco minutos hora/aula, totalizando 2400 horas de estudo.

Falar em Educação de Jovens e Adultos nos faz pensar em uma dívida social que gerou grandes perdas e que nos leva a refletir sobre a necessidade de políticas inclusivas: equalizadoras e qualificadoras, no atendimento à demanda que, atualmente, tem sido ampliada, em particular, pela intensa vinda dos jovens em busca da escolarização.²

Este estudo tem por finalidade contribuir, na EJA, para a ampliação dos canais de discussão acerca da educação como um fator que forma ou “deforma”, para o mercado e dá formação permanente de espaços fundamentais de reflexão no desejo de construir uma educação de qualidade para todos.

A oferta de trabalho no município de Campos dos Goytacazes é considerada restrita, pois sua base econômica sofre o predomínio da produção agrária com grande absorção de mão-de-obra barata. Embora com as mudanças impostas pelo desenvolvimento vislumbrem-se novos postos de trabalho, sobretudo, no campo do petróleo e estes exigem do trabalhador um novo perfil. A escolarização continua sendo fator que dificulta este processo, pois permanecem num espaço onde a competitividade e a qualificação “ditam” as regras. O jovem precisa adequar-se, enquadrar-se neste perfil e, conseqüentemente, acelerar sua escolarização, especializando-se, profissionalizando-se, buscando possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Para que possamos analisar as questões filosóficas, sociais e políticas que envolvem a EJA, precisamos levantar alguns pontos relevantes da sua história.

Contexto histórico da EJA

Ao se discutir a EJA no contexto histórico brasileiro, identifica-se que a mesma vem ocupando seu espaço numa sequência cronológica buscando valores e funções para os alunos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade própria, e não foram inseridos no mundo do conhecimento / escolarização ou não tiveram acesso ao mundo do trabalho, muito menos foram formados numa educação permanente ou continuada.

As discussões realizadas até o presente momento levam a reafirmar que a educação é excludente. Segundo Kuenzer (2007), a expressão

² CURY, Jamil. Parecer 11/00 do CNE: Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos

“excludente” diz respeito às formas de inclusão no mercado de trabalho, pois, ao mesmo tempo em que apresenta o discurso de que todos têm oportunidades, demarca seu caráter meritocrático ao estabelecer critérios de seleção e permanência do indivíduo nos postos de trabalho. Na “inclusão excludente”³, a educação é dialeticamente relacionada às estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar, mas elas não correspondem aos padrões de qualidade, que permitem a formação de identidades autônomas intelectuais, capazes de acompanhar as mudanças com rapidez e eficiência e que possibilite uma educação continuada.

Para que possamos compreender esta dinâmica, necessário se faz buscar referências, ou seja: os marcos teóricos da Educação de Jovens e adultos.

Em 1940, começa a delinear-se um modelo de educação para todos os adolescentes e adultos analfabetos do país, surgindo novas exigências educacionais com intuito de aumentar o contingente eleitoral e de preparar mão-de-obra para o mercado em expansão, dando origem assim, à formação do trabalhador industrial. Inicia-se, neste mesmo período, o forte marco das campanhas de alfabetização que tinham objetivos de levar o estudante trabalhador a aprender a escrever o seu nome “ser alfabetizado é saber ferrar o nome”, tornando assim um eleitor de “voto de cabresto”.

No período de 1958 a 1964, o educador Paulo Freire implantou junto a outros educadores o Movimento de Cultura Popular. De Pé no Chão se Aprende a Ler e MEB: Movimento de Educação Brasileira. Dava-se início ao reconhecimento do trabalho de Freire, cujo “método” direcionava uma grande campanha nacional para defender a educação com o homem, denunciando a então vigente educação para o homem. A educação popular se concretiza em favor da transformação social, produção cultural voltada para as massas e destinada a elevar o nível de consciência social.

Porém, com o golpe Militar de 1964, os movimentos de educação e cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados, cassados, presos e exilados. O MEB foi o único movimento de educação popular que sobreviveu, mas permaneceu sob vigilância, pois era considerado “ameaça à segurança nacional”.

Em 1967, iniciou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF, com objetivos político-sociais definidos, dirigidos e controlados pelo governo militar.

³ Estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, competentes na resolução problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente.

A educação de adultos se vê contemplada na Lei nº 5.692/71 que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino do primeiro e segundo graus e dá outras providências, e que sob a orientação de uma filosofia educacional tecnocrata⁴, propõem o Ensino Supletivo.

O MOBREAL vigorou no Brasil, aproximadamente, vinte anos, sendo extinto em 1985. A partir da LDBEN – 9394/96, o Ensino Supletivo é substituído pela Educação de Jovens e Adultos, permanecendo só no caso dos exames.

De 1986 a 1990, é instaurada a Fundação Educar, que prevê recursos para o desenvolvimento da escolarização inicial de jovens e adultos em parcerias, com municípios e movimentos populares, dando-lhes plena autonomia na elaboração e execução da proposta.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre 1994 e 1998, foi instituída a Comunidade Solidária, parcerias de universidades, empresas e uma organização não governamental de Brasília, o Programa Alfabetização Solidária – PAS, que teve e tem como professores, educadores populares com Ensino Fundamental completo, prometendo alfabetizar, em cinco meses, os jovens e adultos.

O Governo FHC criou um programa em nível nacional, Brasil Alfabetizado, que vem propor uma alfabetização, com projeto pedagógico e formação de alfabetizadores, com parcerias responsabilizando-se pelos recursos dos projetos, tendo como fundamento aproveitar e incentivar experiências já existentes.

As pesquisas sobre a EJA, neste país, têm sido direcionadas para atender às demandas de governos. Especificamente; aos interesses da elite, da classe dominante, com ações formuladas para favoráveis aos empresários, aos banqueiros, aos latifundiários. A dualidade citada anteriormente permanece na educação. Não se fazem políticas públicas para a juventude pobre e trabalhadora, que vem sendo lesada em seus mais elementares direitos, como o direito à educação de qualidade. Esta dívida social não foi reparada para com os quais não tiveram acesso ao domínio da escrita e da leitura e nem aos bens sociais, significando, a perda de um instrumento imprescindível para estar inserido no mundo em transformação.

Na contemporaneidade, a EJA vem sendo tema de políticas públicas, mas seus impactos são geralmente insatisfatórios, pois muitas propostas não vêm sendo atingidas. E os objetivos proclamados na legislação não estão sendo postos em prática devido a fatores de ordem política e operacional.

⁴ Aquele que faz prevalecer o aspecto técnico de um problema em detrimento do social.

A questão da educação e do trabalho deve ser analisada num contexto de grande complexidade. Tomando como nosso eixo de reflexão a relação entre as políticas educacionais e as do trabalho, percebemos que esta realidade é pouco conhecida e apresenta questões significativas que nos desafiam e nos provocam.

O PROEJA foi regulado pelo Decreto nº 5840/2006, que demonstra a proposta governamental de atender à demanda de Jovens e Adultos (pela oferta de educação profissional técnica de nível médio), que com sua história específica, acabaram por ser excluídos do processo de Ensino Regular.

Esta modalidade de ensino deve ser implantada na perspectiva de um Projeto Político Pedagógico Integrado (PPPI), traduzido por meio de ações que viabilizem um Currículo Específico. Essa peculiaridade exigirá a articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) refere-se à construção do conhecimento, busca articular os jovens e adultos para uma reflexão relacionada aos saberes e experiências da vida, visando prepará-los para uma educação permanente que os permita participarem do processo produtivo da economia.

Desta forma, a EJA vem sendo construída por ações que se confundem entre o Estado, com suas atribuições e os Governos, no que se refere a sua efetivação. Segundo Moll (1998, p. 203), esta situação tem feito com que não se estabeleça a continuidade para os diversos programas implementados na área de jovens e adultos em nosso país. Cumpre, no entanto, ressaltar que, embora o PROEJA, hoje, se encontre dentro de uma perspectiva que se respalda no artigo 10 da LDBEN, tornam-se necessários investimentos também no campo da qualificação dos agentes que irão atuar com estes sujeitos sociais, ou seja, os professores.

Um segundo fator a ser destacado é a ausência de estruturação dos canais de discussão em torno da EJA (formação profissional, currículo, competências), mesmo com o advento de uma proposta mais sólida como o PROEJA.

Segundo Frigotto (2006), um terceiro fator é a proposta atual voltada para a expansão do PROEJA em níveis municipal e estadual, o que demandará um grande investimento nestes setores ou gerará maiores distorções devido ao passado tão presente na educação no Brasil das propostas “vindas de cima para baixo” sem promoção de ajustes ou pactuação por parte dos estados e dos municípios.

Perfil do estudante da EJA

Como sabemos a EJA é uma modalidade da Educação Básica que tem por objetivo atender a um público que busca a aceleração do processo de escolarização e ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pela falta de vagas seja pelo sistema de ensino ou pelas suas condições socioeconômicas desfavoráveis.

Para que se considere a EJA como uma modalidade educativa no campo do direito, é necessário superar esta concepção dita compensatória⁵, cujos fundamentos são a de recuperação de um tempo de escolaridade perdido e negado no passado. Nesta busca, é preciso procurar uma concepção mais ampla de tempo/espço de aprendizagem onde a juventude e a vida adulta devem ser vistos como “tempos de aprendizagens”. Os Artigos 10 e 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁶ – LDBEN –, de 1996, fundamentam essa concepção enfatizando a Educação como direito que se afirma independente do limite de idade.

É preciso refletir sobre a parcela da população a ser atendida pela Modalidade EJA, suas características e especificidades. Tal reflexão servirá de base para elaboração de processos pedagógicos específicos para esse público. São homens e mulheres, trabalhadores, empregados e/ou desempregados, ou ainda em busca do primeiro emprego, filhos, pais e mães, moradores urbanos, de periferias, favelas e vilas. Estes jovens e adultos trazem a marca de exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro,

⁵ Embora esta concepção traga em seu bojo uma proposta de compensação, não pode ser considerada válida na medida em que as suas ações baseiam-se em uma perspectiva de tempo que não é mensurável e que coloca toda a gama de responsabilidade no sujeito, sem analisar, de forma profunda os fatores que geraram tal processo. No caso específico, ou em especial naqueles que saem da escola devido a poucas condições de sobrevivência, este fator assume a característica perversa e típica do Sistema Capitalista.

⁶ Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;
- II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;
- III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;
- IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

- I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV - filantrópicas, na forma da lei.

que permanecem excluídos do sistema de ensino, por apresentarem um tempo maior de escolaridade devido a repetências e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou não puderam permanecer em função da entrada precoce no mercado de trabalho ou por falta de escolas em seu território.

Jovens e adultos que retornam à escola muitas vezes o fazem por exigência do mercado de trabalho ou pelo desejo de melhorar de vida ou ainda devido às pressões do mundo do trabalho. São sujeitos de direito, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem (BRASIL.MEC, 2000).

A juventude vem ocupando o centro das atenções do Estado, seja por parte do discurso ou das propostas governamentais. Todos os gestores deste país se vêem obrigados a dar resposta aos alarmantes indicadores, como desemprego, a falência do sistema educacional, o uso abusivo de drogas, a gravidez precoce, entre outros.

Perfil dos alunos da EJA e o mercado de trabalho

Atualmente, os alunos da EJA são muito mais jovens que adultos. Segundo Brunel (2004, p. 86), alguns pararam há muito tempo de estudar; outros são recém-egressos do ensino regular, e a maioria possui um histórico de várias repetências.

Estes jovens, quando chegam a frequentar esta modalidade estão desmotivados, desacreditados com a escola regular e com suas histórias de vida. Muitos deles buscam a escolarização porque sentem - se perdidos no contexto atual, em relação ao emprego e à importância do conhecimento para sua vida e ainda veem uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Brunel (2004, p. 96) destaca ainda que os jovens que frequentam a EJA constroem sua trajetória de escolarização básica fora dos padrões de ensino definidos pela denominada escola regular.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, entre os jovens do C.D.A.F.P. cerca de 10% (dez por cento) encontram-se desempregados. Entre os que encontram vagas, dificilmente são contratados formalmente e os salários são baixos.

Estes jovens são herdeiros de uma promessa de integração social que nunca se efetivou, não revelam entusiasmo quanto à possibilidade de inserção no mercado de trabalho, e ainda compartilham da ideia de que por meio dos estudos e de um trabalho vão alterar sua condição de pobreza.

Os jovens acreditam que a educação/escolarização é uma alternativa para melhorar sua vida social. Sonham com um tipo de inserção educacional que dificilmente conseguem alcançar (medicina, administração, direito, engenharia), revelando uma aceitação acrítica das determinações advindas da concepção de mundo das elites.

O primeiro mito tem a ver com a “onda jovem”. O problema não é demográfico porque diminuiu o número de pessoas com quinze a vinte quatro anos no total da população. Hoje, menos de 20% da população encontram-se nesta faixa etária.

A passagem da adolescência para a vida adulta, atualmente é bem diferente do que era há vinte ou trinta anos. Exige maiores expectativas quanto às possibilidades e outras definições em termos de faixas etárias. Então, seria inviável nos embasarmos apenas nesta teoria.

O segundo mito é o da exclusão. Dizer que o fato de o jovem viver na condição de exclusão, de estar desempregado é um problema educacional?

Não é novidade falar que a educação no Brasil sempre foi para poucos. Contudo, os jovens de hoje estão muito mais escolarizados do que aqueles de há poucas décadas. Entretanto, não podemos perder de vista que estes níveis se confundem ou tornam – se contraditórios diante dos “analfabetos funcionais”. Justificar, apontar que é um problema de escolaridade é fugir do problema da empregabilidade. É como se a questão fosse “apenas” procurar emprego e os encontrar. Concluimos que este fato somente poderá ocorrer se rompermos com a pobreza, o que viabilizaria o acesso de todos a escolarização.

Nos últimos doze anos, os empregos que mais cresceram no país foram o de domésticos, vendedores ambulantes e conservação e limpeza. Os requisitos exigidos, possivelmente, é o Ensino Médio. O mercado exige pessoas mais escolarizadas. O que se contrapõem aos objetivos da educação que deve ter valores muito mais nobres do que, exclusivamente, a questão funcional.

Há duas lógicas presentes no mundo do trabalho e da educação. Há uma contradição entre a lógica da produção capitalista que tem base no lucro, na exploração do trabalho, na competitividade, na mercantilização de toda produção humana. A lógica da educação tem o objetivo de formar

o ser humano, pautar-se pela socialização do conhecimento, o diálogo, a discussão, a aprendizagem, a humanização, a emancipação, livrar-se da opressão, individualidade, participação construtiva e a defesa dos direitos de cidadania.

A formação integrada da educação geral e profissional no Ensino Médio tem, teórica e metodologicamente, potencial para superar a prática unilateral e alienadora da produtividade capitalista na formação do cidadão.

O terceiro mito está ligado à inovação técnica. Ela está exigindo pessoas com maior qualificação e com mais conteúdo (outros conhecimentos que fogem ao saber apenas técnico).

Logo a questão da inovação tecnológica precisa ser avaliada em detalhes, pois se poderá pensar que o “problema do jovem” são suas deficiências diante dos mitos apresentados. É preciso refletir a respeito dos mecanismos que conduzem os estudantes jovens trabalhadores a resgatarem a escolarização.

Com o objetivo de contribuir para a análise deste tema, aplicou-se um questionário aos alunos do Colégio Estadual Desembargador Álvaro Ferreira Pinto e do Núcleo Avançado do Centro de Estudos Supletivos (NACES) do Instituto Federal Fluminense, *Campus* Campos Centro, que teve como base levantar dados referentes às expectativas quanto ao seu processo de escolarização.

As questões analisadas envolveram questionários realizados em cada escola, como mostra o Anexo 1.

As Figuras, a seguir, mostram o resultado dos questionários aplicados, mas não contemplam todos os temas pesquisados, citam apenas os mais significativos para o debate do tema central deste artigo.

Analisando a Figura 1, conclui-se que 37% dos entrevistados nasceram antes de 1970 oferecendo uma mostra da participação considerável de pessoas adultas na EJA, por outro lado, em segundo lugar, encontramos um percentual de 25% de alunos nascidos depois de 1990, demonstrando o crescimento do número de alunos jovens inseridos na educação noturna.

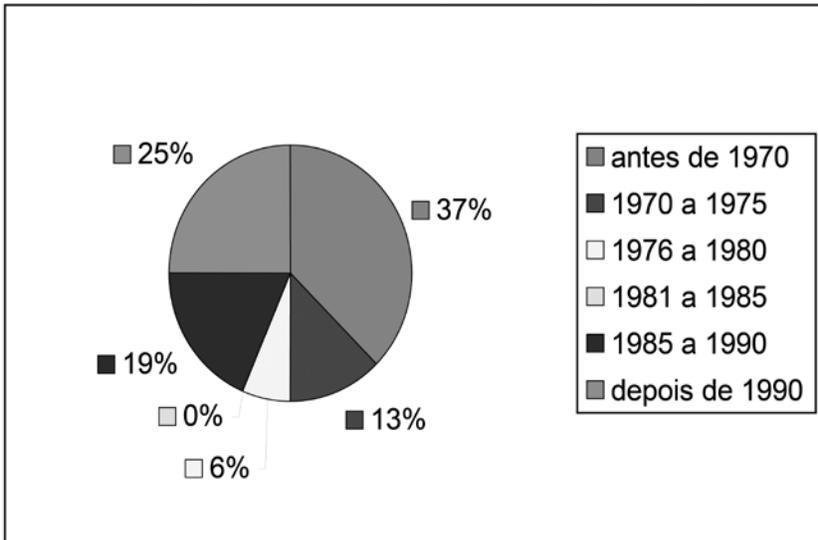


Figura 1- Ano de Nascimento dos discentes

Na Figura 2, em relação aos índices de repetência, conclui-se que o percentual de 44% (01 repetência) permanece como uma referência bastante importante para montagem do perfil dos alunos que hoje frequentam a EJA.

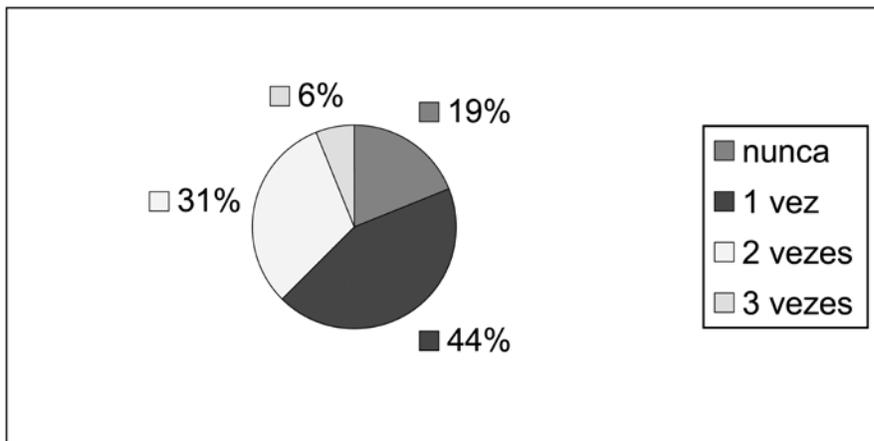


Figura 2 – Índices de repetência do discentes

Ao observar a Figura 3, conclui-se que, dos alunos entrevistados, 38% pretendem ingressar em curso técnico, ampliando as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho.

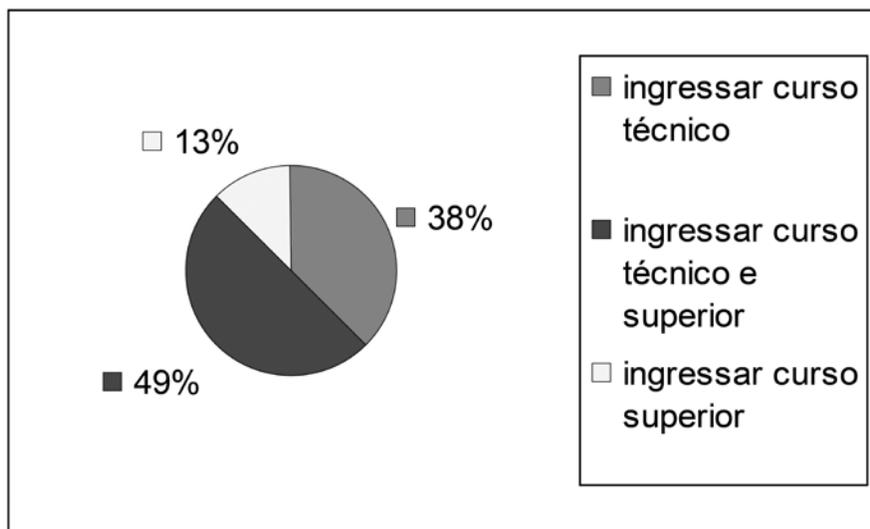


Figura 3 – Continuidade para a escolarização

Os dados levantados nos auxiliam a pensar em um apontamento extremamente importante, feito por Mário Del Pino ao afirmar que

No interior da escola e dos cursos de requalificação têm de ser desenvolvidas as relações que permitem fazer com que alunos e professores as pensem e sintam que todos se tornarão empregáveis. O discurso da empregabilidade afirma que a requalificação pode gerar as condições de se chegar ao emprego, mas como demonstramos anteriormente, não há no capitalismo a possibilidade concreta de satisfação de empregos. Não há geração de empregos e condições suficientes para atender a todos e todas (2001, p. 80).

A educação acaba tornando uma conquista pessoal, rompendo com a esfera do direito social que seria aquela capaz de favorecer, de forma igualitária, o direito à inserção e participação de todos os que dela necessitassem. Na medida em que se torna uma mercadoria, rompe intrinsecamente com o seu objetivo principal que é a contribuição para a formação de sujeitos políticos.

Romper com esta realidade e caminhar em prol de uma educação emancipatória é um dos desafios presentes na atualidade.

Considerações finais

O interesse pelo tema surgiu a partir da observação do perfil jovem que vem crescendo na EJA do C.E.D.A.F.P. nos últimos três anos, fator que nos levou a questionar o elevado número de jovens que migraram para esta modalidade de ensino, muitas vezes, sentindo a necessidade e vontade de aprender mais e em busca da formação técnica, o mais rápido possível, objetivando possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Falar em Educação de Jovens e Adultos nos remete a pensar em uma dívida social que gerou grandes perdas e que nos leva a refletir sobre a necessidade de políticas inclusivas equalizadoras e qualificadoras, no atendimento à demanda que, atualmente, tem sido ampliada, em particular pela intensa vinda dos jovens em busca da escolarização a curto prazo, procurando condições de empregabilidade com reais probabilidades de uma maior participação na sociedade afim de derrubar as barreiras sociais.

O trabalho permitiu verificar que os educandos ao passarem por esta modalidade de ensino aumentam sua autoestima, fortalecendo a confiança na sua capacidade de aprendizagem e dando-lhe esperança relativa: a possibilidade de serem inseridos no mercado de trabalho formal. Desta forma, ainda valorizando a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social, este fato nos permite concluir que a EJA/PROEJA, embora carregue consigo implicações políticas, trouxe elementos que em muito ajudaram a tornar a sociedade um pouco mais justa no campo do conhecimento gerando possibilidades de compreensão do mundo atual.

Os dados obtidos revelam a trama que envolve os indivíduos em sua realidade de um mundo que exige deles formação escolar para continuarem a escrever seu papel de trabalhadores e trabalhadoras, implicados na relação de pais, mães, suporte econômico da família. A necessidade de trabalhar os tirou da escola e, hoje, a permanência no trabalho exige que eles retornem a ela. Ao mesmo tempo, reingressar na escola não parece decisão fácil, principalmente, quando são escassas as oportunidades oferecidas ou não se adaptam ao seu tempo disponível e, ainda requer uma reorganização da vida familiar e profissional e hábitos de estudo, como leitura e escrita.

A constatação de que jovens e adultos das classes populares, sujeitos sociais e culturais, constituem-se a grande demanda dos cursos da EJA, fortalece a convicção de que devem ser dadas oportunidades educacionais

para o restabelecimento de sua trajetória escolar de forma a adquirirem conhecimentos socialmente significativos. Desvelar e compreender os motivos que trazem de volta à escola parece condição primordial para se realizar uma intervenção educativa que possa contribuir significativamente para a educação desses sujeitos.

Faz-se necessário que os envolvidos nesse processo conheçam o perfil dos alunos que estão sendo atendidos por estas modalidades, levando em consideração que mesmo fora do ensino formal, são dotados de grande experiência de vida. Para efetivar esse programa algumas medidas são fundamentais: mais divulgação; parcerias com as empresas; elaboração de um projeto político pedagógico mais moderno e flexível; auxílio à permanência dos alunos; alimentação; bolsas de trabalho e material didático.

É preciso dar a EJA um espaço próprio, uma vez que sua classificação externa a educação formal coloca os seus alunos num permanente campo de inclusão/ exclusão reforçando o campo das desigualdades sociais e/o seu não reconhecimento enquanto sujeitos sociais.

A motivação de escrever este artigo veio da vontade de mostrar a realidade e a ilusão da Educação de Jovens e Adultos, sistematizando e aprofundando a reflexão sobre o significado da EJA, aumentando o conhecimento sobre a mesma, reconstruindo a história da educação do povo, de um tipo de educação que visa despertar, nos setores menos favorecidos da população, uma consciência política que lhes possibilite uma maior participação no processo histórico do país.

Referências

BASTOS, L. C. *Incentivos à Leitura na Educação de Jovens e Adultos*. Disponível em: <http://www.abl.com.br/anais16/sem01pdf/sm01ss_13_03.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2010.

BEZERRA, Maria Emilia Barreto et al. Processo seletivo aplicado ao aluno do PROEJA no IFRN: includente ou excludente? In: *Dialogando PROEJA: algumas contribuições*. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2009.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da CD com comentários de Demerval Saviani. São Paulo: Cortez, 1990.

BRUNEL, Carmem. *Jovens cada vez + jovens na educação de jovens e adultos*. Porto Alegre/RS: Ed. Mediação, 2004.

CORDEIRO, Denise; COSTA, Eduardo Antonio de Pontes. Jovens pobres e a educação profissional no contexto histórico brasileiro. *Revista Eletrônica Trabalho Necessário*, UFF, Niterói, RJ, v. 4, n.4, p. 1-18, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 45.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GENTIL, V. K. EJA: *Contexto Histórico e Desafios da Formação Docente*. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/Viviane%20Kanitz%20Gentil_nov2005> Acesso em: 14 nov. 2008.

KUENZER, Acácia. Competência como Práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 81-93, 2004.

KUENZER, Acácia. Educação cidadã, trabalho e desemprego: o possível como caminho para a utopia. In: AZEVEDO, José Clovis de et al. *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: UFRGS: Secretaria Municipal de Educação, 2000.

MELO, R.R.; FRANZI, J. *Experiência e Educação*: as Contribuições de Paulo Freire para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Disponível em: <<http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSCAR/ND1034%20-%20Juliana%20Franzi.doc>> Acesso em: 14 nov. 2008.

_____. Ministério da Educação. *Programa de Integração Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)*. Documento Base (Ensino Médio), 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>> Acesso em: 7 maio 2009.

MORAN, José M. *A educação que desejamos*: novos desafios e como chegar lá. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

PIERRO, Maria Clara Di. *Educação de Jovens e Adultos no Brasil*: questões face às políticas públicas recentes. Brasília: INEP/MEC, 1992.

PINO, Mauro Del. Política educacional, emprego e exclusão social, Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). São Paulo: Cortez/CLACSO, 2001.

ANEXO I

PESQUISA SOBRE EJA

QUESTIONÁRIO APLICADO NO C.E.D.A.F.P. E NACES DO IFF-CAMPUS CENTRO

Este questionário faz parte da pesquisa de Derci Rangel Coelho, pós-graduanda do IFF – Campos. A finalidade é conhecer melhor quem são os alunos, jovens e adultos, matriculados na EJA, e em que condições estão realizando seus estudos.

Desse modo, peço a você que responda com o maior cuidado e sinceridade as perguntas abaixo.

Você não precisa se identificar e todas as suas respostas serão confidenciais e sigilosas, ou seja, as questões serão apenas utilizadas para fins de pesquisa. Suas respostas serão analisadas para estabelecer um conjunto de informações destinadas a caracterizar o aluno da EJA.

1 Sexo:

- (A) Masculino
- (B) Feminino

2 Você se considera:

- (A) Branco
- (B) Pardo/Mulato
- (C) Negro
- (D) Amarelo
- (E) Indígena

3 Cite o bairro que você mora:

4 Qual o seu ano de nascimento ?

- (A) Antes de 1970
- (B) 1970 a 1975
- (C) 1976 a 1980
- (D) 1981 a 1985
- (E) 1985 a 1990
- (F) Depois de 1990

5 Qual o seu estado civil?

- (A) Solteiro
- (B) Casado
- (C) Viúvo
- (D) Separado
- (E) Outro

6 Qual é a sua religião?

- (A) Católica
- (B) Protestante, evangélico, pentecostal etc.
- (C) Espírita
- (D) Umbanda/candomblé
- (E) Outras
- (F) Não tenho religião

7 Você trabalha?

- (A) Não trabalho.
- (B) Trabalho, mas ainda dependo financeiramente da minha família.
- (C) Trabalho e não dependo financeiramente da minha família.
- (D) Trabalho e sustento outras pessoas.

8 Se você trabalha, ele é:

- (A) Formal
- (B) informal

9 Quantas horas por semana você trabalha?

- (A) Não trabalho.
- (B) Menos de 20 horas por semana.
- (C) Entre 20 e 44 horas por semana.
- (D) Mais de 44 horas por semana.

9 Qual a sua atitude com relação a leitura?

- (A) Só leio o que é necessário.
- (B) Ler é uma das minhas diversões preferidas.
- (C) Acho difícil ler livros até o final.
- (D) Ler é uma perda de tempo.
- (C) Não tenho tempo de ler.

10 Em qual série você está cursando?

- (A) 1º ano do Ensino Médio.
- (B) 1º ano do Ensino Médio da EJA.
- (C) 2º ano do Ensino Médio.

- (D) 2º ano do Ensino Médio da EJA.
- (E) 3º ano do Ensino Médio.
- (F) 3º ano do Ensino Médio da EJA.
- (G) Outros: _____

11 Você já repetiu de ano?

- (A) Nunca repeti de ano.
- (B) Sim, 1 vez.
- (C) Sim, 2 vezes.
- (D) Sim, 3 vezes.
- (E) Sim, mais de 3 vezes

12 Por que você escolheu o Ensino de Jovens e Adultos?

13 Você pretende dar continuidade aos seus estudos:

- (A) Não pretendo dar continuidade.
- (B) Pretendo ingressar num curso técnico.
- (C) Pretendo ingressar num curso técnico e depois no curso superior.
- (D) Pretendo ingressar só no curso superior.

14 Você sabe usar o computador?

- (A) Sim
- (B) Não

15 Você usa computador na escola?

- (A) Sim

- (B) Não
- (C) Não há computador na minha escola

Responda a partir da questão 16, com que frequência estas coisas acontecem na sua escola.

16 Os professores tem que esperar muito tempo até que os alunos façam silêncio?

- (A) Nunca
- (B) Na maioria das vezes
- (C) Em todas as disciplinas

17 Os professores continuam a explicar até que todos os alunos entendam a matéria?

- (A) Nunca
- (B) Na maioria das vezes
- (C) Em todas as disciplinas

18 Há desordem e barulho na sala de aula?

- (A) Nunca
- (B) Na maioria das vezes
- (C) Em todas as disciplinas

19 Os alunos procuram os professores quando precisam de ajuda?

- (A) Nunca
- (B) Na maioria das vezes
- (C) Em todas as disciplinas

20 Os alunos relacionam-se bem com os professores?

- (A) Nunca
- (B) Na maioria das vezes
- (C) Em todas as disciplinas

